|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | | **Acordo Coletivo De Trabalho 2022/2022** | | |  |  |  | | --- | --- | --- | | **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** |  | PE000595/2022 | | **DATA DE REGISTRO NO MTE:** |  | 15/06/2022 | | **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** |  | MR024018/2022 | | **NÚMERO DO PROCESSO:** |  | 13623.102280/2022-28 | | **DATA DO PROTOCOLO:** |  | 15/06/2022 |   **Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.** | | SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETROLEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 11.516.317/0001-00, neste ato representado(a) por seu ;   E   DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO S.A., CNPJ n. 03.128.979/0007-61, neste ato representado(a) por seu e por seu e por seu ;   DISLUB COMBUSTIVEIS S.A., CNPJ n. 41.080.722/0002-61, neste ato representado(a) por seu e por seu e por seu ;   celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:   **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**  As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.    **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**  O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETROLEO**, com abrangência territorial em **PE**.  **Salários, Reajustes e Pagamento**  **Piso Salarial**  **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE ADMISSÃO**  Em **1º de janeiro de 2022,** os salários mensais de admissão serão os seguintes:  a)           **R$ 1.682,99 (Mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos) -**Para as funções de Office-Boy, Motoqueiro, Vigia, Porteiro, Faxineiro, Mecânico, Ajudante, Pintor, Auxiliar de Operações, Auxiliar de Serviços em Geral e demais auxiliares.  b)           **R$ 2.100,14 (Dois mil e cem reais e quatorze centavos) -** Para as funções de Assistente de Faturamento, Assistente de Operações, Assistente de Base,Assistente Administrativo; Assistente Financeiro; Assistente Fiscal; Assistente de Vendas; Assistente Técnico; Operador de Máquinas e Empilhadeira; Telemarketing e Almoxarife.  c)            **R$ 2.384,49 (Dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) -** Para os demais empregados não enquadrados nos salários de admissão acima nominados.    **§1º.** Sobre os salários acima será acrescido o adicional de periculosidade, quando devido.  **§2º.** Em relação ao salário-base dos Empregados já constantes da folha de pagamento o objetivo e o efeito desta cláusula são os de fazer ascender, ao nível por ela fixado e na respectiva data, aquele salário base constante da folha de pagamento.  **§3º.** As diferenças resultantes desta cláusula, deverão ser quitadas **até o prazo máximo para pagamento da Folha Salarial de MAIO/2022.**  **Reajustes/Correções Salariais**  **CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL**  Em**01 de janeiro de 2022**, as Empresas ora Acordantes reajustarão os salários dos seus Empregados mediante a aplicação do percentual de **6,00% (Seis por cento)**sobre os salários de 31.12.2021, limitados ao valor de **R$ 15.125,29 (Quinze mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), incluso o adicional de periculosidade, quando devido**. Para os empregados que recebem acima deste valor de **R$ 15.125,29 (Quinze mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), incluso o adicional de periculosidade, quando devido,** fica ajustado o valor fixo de **R$ 453,68 (Quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**.    **§1º.** A correção salarial pactuada nesta cláusula, assegura a compensação de todos os aumentos, reajustes, adiantamentos concedidos após **1o de JANEIRO de 2022**, ressalvados os não compensáveis  tais como: o término de aprendizagem; implemento por idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência do cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação determinada por sentença transitada em julgado, definidos item XII da instrução n. 01/82 do TST, os quais deverão ser preservados.  **§2º.** As diferenças resultantes desta cláusula, deverão ser quitadas **até o prazo máximo para pagamento da Folha Salarial de MAIO/2022.**  **Pagamento de Salário  Formas e Prazos**  **CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO QUINZENAL DE SALÁRIOS**  As Empresas ora Acordantes compromete-se a efetuar um adiantamento quinzenal de **40% (Quarenta por cento)** do salário mensal, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, até o dia **20 (Vinte)** de cada mês, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas.  **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**  Todos os pagamentos de salários deverão ser efetuados, obrigatoriamente, através de cheque nominal ou depósito na conta-corrente do empregado.  **Salário Estágio/Menor Aprendiz**  **CLÁUSULA SÉTIMA - APRENDIZ**  As condições estabelecidas no presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não serão aplicáveis aos aprendizes contratados através de convênios com SESI/SENAI, SEST/SENAT, SESC/SENAC ou outras entidades credenciadas a promover qualificação profissional.    **Parágrafo Único:** O salário do aprendiz nos termos desta cláusula e da Lei nº 10.097/2000 terá como base o SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL.  **Isonomia Salarial**  **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**  Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, os Empregados substitutos farão jus ao salário contratual dos substituídos (enunciado da Súmula 159 do TST), sem considerar vantagens pessoais.  **Descontos Salariais**  **CLÁUSULA NONA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO**  As Empresas ora Acordantes  poderão descontar mensalmente dos salários dos seus empregados de acordo com o art. 462 da CLT, além dos itens permitidos por lei, também os referentes a seguros, empréstimos pessoais, contribuições a associações de funcionários, planos de pensão da previdência privada, financiamentos e outros benefícios concedidos desde que previamente autorizados por escrito pelos próprios Empregados.  **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**  **CLÁUSULA DÉCIMA - EQUIPARAÇÃO SALARIAL**  Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado nas Empresas ora Acordantes, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.    **§1º.** Trabalho de igual valor, para os fins desta cláusula, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a 04 (Quatro) anos e a diferença de tempo na função não seja superior a 02 (Dois) anos.  **§2º.** As promoções serão livremente realizadas por merecimento e antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro da categoria profissional, na hipótese da existência de plano de cargos e salários estipulado por norma interna ou resultado de negociação coletiva, preferencialmente, por acordo coletivo específico.  **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**  **13º Salário**  **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**  Por ocasião do pagamento da 2ª quinzena do mês de fevereiro de cada ano ou excepcionalmente na vigência deste instrumento coletivo, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias após o registro junto a SRT/PE, as Empresas ora Acordantes pagarão o adiantamento da primeira parcela do 13º salário, àqueles Empregados que, contando com mais de 01 (Um) ano de serviço, até então não receberam dito adiantamento em função do gozo de férias ou qualquer outro eventual motivo.    **Parágrafo Único:** As Empresas ora Acordantes pagarão o saldo do 13º salário até o dia 20 de dezembro de 2022.  **Outras Gratificações**  **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ABONO ESPECIAL**  As Empresas ora Acordantes pagarão de uma única vez e em caráter excepcional, e sem integrar a remuneração para qualquer efeito legal trabalhista, um Abono Especial aos Empregados admitidos até 31.12.2021 e com contrato de trabalho vigente nessa mesma data, o valor de **R$ 2.348,83 (Dois mil,  trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos)** para quem percebe até **R$ 5.872,09 (Cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e nove centavos)** e de **R$ 1.761,61 (Um mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos)** para quem percebe acima de **R$ 5.872,09 (Cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e nove centavos),**compreendida a remuneração como integrada do salário-base e do adicional de periculosidade, quando devido. Devendo os valores oriundos desta Cláusula serem quitados **até o prazo final para pagamento da Folha Salarial do mês de MAIO/2022.**    **§1º.** Para os empregados admitidos em 2021, o Abono Especial será devido na proporção de 1/12 (Um doze avos) do seu valor para cada mês de serviço, ou fração igual ou superior a 15 (Quinze) dias, naquele ano de 2021.  **§2º.** Face ao seu caráter eventual, indenizatório e excepcional, o Abono previsto nesta cláusula também não integra a remuneração do empregado para fins da legislação da Previdência Social e do FGTS, conforme dispõem o art. 58, inciso XXX, da IN-RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, alterada pela IN-RFB Nº1453 de 24 de fevereiro de 2014, art. 28, § 9º, item 7 da Lei 8.212/91 e art. 15, § 6º da Lei 8.036 de 11 de maio de 1990.  **§3º.** Fica assegurada a compensação dos valores antecipados a este título a partir de 1º de janeiro de 2022.  **§4º.** Fica ressalvado que em caso de implantação de Plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados – PLR no âmbito das Empresas ora Acordantes prevalecerão a condição e/ou valor mais benéfica(o) para o empregado em relação ao abono ajustados nesta Cláusula, respeitadas as antecipações já concedidas.  **Adicional de Tempo de Serviço**  **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (EMPREGADOS CONTRATADOS ATÉ 31/12/2019)**  As Empresas ora Acordantes concederão **aos empregados contratados até 31/12/2019,** segundo as condições adiante especificadas, um adicional a ser pago por ocasião da concessão das férias ao Empregado, independentemente do benefício previsto no art. 7º, XVII da Constituição Federal, na seguinte proporção:  Tempo de Serviço na Empresa        Percentual  1 ano ..................................................25%  2 anos ................................................45%  3 anos.................................................50%  4 anos ................................................60%  5 a 7 anos............................................80%  8 a 9 anos...........................................85%  10 anos ou mais.................................100%    **§1º.** Fica assegurado o pagamento mínimo de **R$** **815,57 (Oitocentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos).**  **§2º.** O tempo de serviço dos Empregados será apurado na data em que se completar o período aquisitivo de férias, caso em que o adicional será devido integralmente. Na hipótese de dispensa sem justa causa, assim como no caso de pedido de demissão de Empregados com 01(Um) ou mais anos de serviço, o pagamento do adicional será devido proporcionalmente ao período aquisitivo de férias incompleto em tantos 1/12 (Um doze avos) quantos forem os meses decorridos deste período, considerando como mês completo as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias.  **§3º.** As percentagens previstas no caput desta cláusula serão aplicadas sobre o salário-base mensal percebido pelo Empregado no dia do início do gozo de férias, acrescido do adicional de periculosidade quando devido, não incidindo sobre horas extras, ajuda de custo, Salário-Família, adicional noturno, gratificação de função, comissão, benefício constante do art. 7º, XVII da Constituição Federal e outros.  **§4º.** Fica facultado ao Empregado optar pelo recebimento do adicional previsto nesta cláusula no mês de aquisição do direito a férias, nos meses subsequentes, ou no mês do respectivo gozo de férias, se operando, em qualquer hipótese, sua plena quitação.  **§5º.** As Empresas poderão, em substituição ao disposto no §4º. desta cláusula, optar por efetuar automaticamente o pagamento do adicional a que se refere a presente cláusula no mês da aquisição do direito a férias dos empregados, garantido a estes o direito de solicitarem o pagamento em uma das datas previstas no referido §4º. desta cláusula.  **§6º.** O adicional por tempo de serviço concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, ficando entendido que ele tem a finalidade exclusiva de proporcionar aos Empregados uma importância suplementar para ajudá-los no custeio das férias.  **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (EMPREGADOS CONTRATADOS A PARTIR DE 01/01/20**  As Empresas ora Acordantes concederão aos empregados **contratados a partir de 01/01/2020,** segundo as condições adiante especificadas, um adicional a ser pago por ocasião da concessão das férias ao Empregado até o limite de **R$ 8.480,00 (Oito mil, quatrocentos e oitenta reais),** independentemente do benefício previsto no art. 7º, XVII da Constituição Federal, na seguinte proporção:  Tempo de Serviço na Empresa        Percentual  Mínimo de 3 anos.............................. 30%  De 4 a 6 anos.................................... 50%  De 7 a 9 anos.................................... 70%  Acima de 9 anos............................... 90%    **§1º.** O tempo de serviço dos Empregados será apurado na data em que se completar o período aquisitivo de férias, caso em que o adicional será devido integralmente. Na hipótese de dispensa sem justa causa, assim como no caso de pedido de demissão de Empregados com 03 (Três) ou mais anos de serviço, o pagamento do adicional será devido proporcionalmente ao período aquisitivo de férias incompleto em tantos 1/12 (Um doze avos) quantos forem os meses decorridos deste período, considerando como mês completo as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias.  **§2º.** As percentagens previstas no caput desta cláusula serão aplicadas sobre o salário-base mensal percebido pelo Empregado no dia do início do gozo de férias, acrescido do adicional de periculosidade quando devido, não incidindo sobre horas extras, ajuda de custo, Salário-Família, adicional noturno, gratificação de função, comissão, benefício constante do art. 7º, XVII da Constituição Federal e outros.  **§3º.** Fica facultado ao Empregado optar pelo recebimento do adicional previsto nesta cláusula no mês de aquisição do direito a férias, nos meses subsequentes, ou no mês do respectivo gozo de férias, se operando, em qualquer hipótese, sua plena quitação.  **§4º.** As Empresas poderão, em substituição ao disposto no §3º. desta cláusula, optar por efetuar automaticamente o pagamento do adicional a que se refere a presente cláusula no mês da aquisição do direito a férias dos empregados, garantido a estes o direito de solicitarem o pagamento em uma das datas previstas no referido §3º. desta cláusula.  **§5º.** O adicional por tempo de serviço concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, ficando entendido que ele tem a finalidade exclusiva de proporcionar aos Empregados uma importância suplementar para ajudá-los no custeio das férias.  **Adicional Noturno**  **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO**  O adicional noturno a que se refere o inciso IX do art. 7º do Capítulo II da Constituição Federal e art. 73 da CLT, por este instrumento, fica elevado para **35% (Trinta e cinco por cento).**  **Adicional de Periculosidade**  **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**  As Empresas ora Acordantes continuarão a efetuar o pagamento do adicional de periculosidade a todos os Empregados, inclusive os de escritório, lotados nos quadros do pessoal de terminais e depósitos em que haja estocagem de inflamáveis de forma permanente e habitual e cujas funções sejam exercidas intramuros nessas dependências.    **§1º.** São considerados inflamáveis, para os efeitos desta convenção, as substâncias a que se referem o art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora Nº. 16 (Atividades e Operações Perigosas) aprovada pela Portaria Nº. 3214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.  **§2º.** O pagamento deste adicional cessará em cada caso, sempre que deixar de existir qualquer das condições previstas no caput e .§1º. desta cláusula.  **§3º.** O pagamento do adicional nas condições desta cláusula não implica no reconhecimento, pelas Empresas, da existência de periculosidade em seus terminais e depósitos além das hipóteses previstas nos atos normativos aplicáveis.  **Prêmios**  **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRÊMIOS**  Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelas Empresas ora Acordantes, até 02 (Duas) vezes ao ano, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.    **§1º.** A concessão das liberalidades poderá ocorrer, excepcionalmente, em quantidade superior a 02 (Duas) por ano, nos termos de acordo coletivo de trabalho específico que pode vir a ser celebrado com a participação obrigatória do Sindicato Profissional, que estipulará as condições de elegibilidade e êxito para a percepção dos prêmios.  **§2º.** As importâncias, pagas a título de prêmios não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.  **Ajuda de Custo**  **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AJUDA DE CUSTO**  Os valores em dinheiro ou as utilidades concedidas pelas Empresas ora Acordantes para possibilitar ou facilitar o cumprimento do contrato de trabalho não serão consideradas como salário.    **Parágrafo Único:**As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, limitadas a cinquenta por cento da remuneração mensal, ou, em qualquer valor, desde que devidamente submetido a prestação de contas, não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.  **Salário Família**  **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SALÁRIO FAMÍLIA**  As Empresas ora Acordantes pagarão aos Empregados que perceberem salário mensal até o equivalente a 4 (Quatro) vezes o valor previsto na alínea "a" da Cláusula 3ª (SALÁRIO DE ADMISSÃO) deste instrumento coletivo, a título de Salário-Família, por filhos **até 14 anos** de idade incompletos e por filhos inválidos de qualquer idade, e que vivam na dependência econômica dos pais, uma importância mensal de **R$ 37,57 (Trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos).**    **§1º.** Nas licenças por doença ou acidente do trabalho, o benefício será pago enquanto durar a referida licença.  **§2º.** Para efeito de cálculo do pagamento do Salário Família, as frações de tempo iguais ou superiores a 15 (Quinze) dias serão computadas como mês integral.  **§3º.** O Salário-Família concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.  **§4º.** No pagamento deste benefício serão observadas as determinações da legislação em vigor, ficando sempre mantida a condição mais vantajosa para os Empregados.  **Auxílio Alimentação**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA - VALE-REFEIÇÃO**  Ressalvados os valores mais favoráveis espontaneamente já praticados, as Empresas ora Acordantes concederão mensalmente a seus Empregados que prestem serviços externos ou internos, vales-refeição com valor facial unitário de**R$ 40,51 (Quarenta reais e cinquenta e um centavos) por cada dia efetivamente trabalhado em jornada integral**. Ficando ajustado entre as partes, que este benefício regulado pelo PAT – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, não será devido nos afastamentos por motivo de Auxílio Doença concedido pelo INSS, Licença Maternidade e Licença Paternidade, ressalvado que fica garantido no mínimo 22 (Vinte e dois) vales por mês no valor facial unitário ajustado nesta cláusula.    **§1º.** Fica facultada ao empregado a conversão em vale-alimentação, observados os procedimentos administrativos das empresas.  **§2º.** As empresas poderão converter o vale-refeição em cartão eletrônico.  **§3º.** A obrigação da concessão do Vale-Refeição assim como a faculdade de sua conversão em vale-alimentação, não se aplica aos locais onde for oferecida gratuitamente pela empresa refeição in natura, de modo a não se caracterizar benefício em duplicidade, bem como aos Empregados que gozem de condições mais vantajosas.  **§4º.** O Vale-Refeição concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.  **§5º.** Fica assegurada a compensação de valores pagos a título de Vale-Refeição após 1º de janeiro de 2022.  **§6º.** As diferenças resultantes desta Cláusula deverão ser quitadas **no prazo máximo de pagamento da Folha Salarial do mês de MAIO/2022.**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VALE-ALIMENTAÇÃO**  As Empresas ora Acordantes concederão aos seus Empregados, que em 31.12.2021 percebiam remuneração mensal até **R$ 5.049,98 (Cinco mil e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos),** compreendida a remuneração como integrada do salário-base acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, e cumulativamente com o benefício da cláusula anterior, Vale-Alimentação com a disponibilidade mensal de **R$ 469,74 (Quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos)** sob a forma de cartão-eletrônico, devendo tais limites serem considerados para os empregados admitidos na vigência deste instrumento coletivo.    **§1º.** O Vale-Alimentação será fornecido também durante o período em que o Empregado estiver licenciado por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional, desde que a licença não tenha se iniciado antes de 1º. de janeiro de 2007.  **§2º.** Referido Vale-Alimentação também será devido durante o período de férias e afastamento por gestação e parto e desde que a licença não tenha se iniciado antes de 1º. de janeiro de 2007.  **§3º.**A participação do empregado, descontada em folha de pagamento, fica limitada até **10%** **(Dez por cento)** do valor do Vale-Alimentação.  **§4º.** As diferenças resultantes desta cláusula, deverão ser quitadas **até o último dia do prazo legal para pagamento da folha de pessoal do mês de MAIO/2022.**  **Auxílio Transporte**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VALE-TRANSPORTE**  Fica facultado às Empresas ora Acordantes que assim o quiser, conforme autorizado pelo art. 7º, XXVI da CF e pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão do vale transporte de que trata a Lei 7418/85 mediante o pagamento antecipado, em dinheiro, do seu valor total bruto, até o 5º dia útil de cada mês, ao empregado beneficiado, cabendo aos empregados, em qualquer hipótese, comunicar por escrito alterações das condições inicialmente declaradas e arcar com o custeio do deslocamento até 6% do valor do seu salário base, cujo desconto somente poderá ser feito no pagamento da segunda quinzena do mês a que se referir o vale-transporte.    **Parágrafo Único: DO VALE COMBUSTÍVEL** Assim como ocorre no vale transporte, em caso de concessão de vale combustível, ainda que em dinheiro, fica autorizado o desconto de 6% (Seis por cento) em holerite, tendo esta verba caráter indenizatório e não salarial. No mesmo sentido, em locais não servidos por transporte público, também fica autorizado o desconto de 6% em holerite dos funcionários que utilizarem transporte particular organizado e parcial ou totalmente subsidiado pelas empresas.  **Seguro de Vida**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INCENTIVO AO CO-PATROCÍNIO DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO**  As Empresas ora Acordantes, em instituindo ou mantendo, plano de seguro de vida em grupo, acessível a todos os seus empregados e dirigentes mediante adesão individual deles, a parcela do prêmio de seguro que for pelas empresas paga não será considerada salário para qualquer efeito enquanto ela assumir este ônus.  **Outros Auxílios**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS EMPREGADOS**  As Empresas ora Acordantes prestarão assistência jurídica aos seus empregados quando estes, no exercício de suas funções, praticarem atos em defesa do patrimônio das mesmas, que os levem a responder a inquérito ou ação penal.  **Contrato de Trabalho  Admissão, Demissão, Modalidades**  **Normas para Admissão/Contratação**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SALÁRIO DO ADMITIDO**  Aos Empregados admitidos para as mesmas funções de outros dispensados sem justa causa, será garantido salário igual ao do Empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais, na forma da Instrução Normativa nº. 1/82 do TST.  **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TELETRABALHO**  As Empresas ora Acordantes poderão adotar a prestação de serviços em regime de TELETRABALHO e deverão observar o disposto nesta Cláusula e nos termos da Lei nº13.467/2017.    **§1º.**Considera-se TELETRABALHO a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências das Empresas ora Acordantes, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.  **§2º.** O empregado em TELETRABALHO poderá ser convocado a comparecer à sede da empresa em dias e horários específicos para realização de atividades presenciais, sem que isto descaracterize o seu regime de TELETRABALHO e desde que a prestação de serviços continue a ser realizada preponderantemente fora das dependências da Empresa.  **§3º.**  Deverá ser anotada a modalidade de TELETRABALHO para os NOVOS EMPREGADOS na CTPS, contrato ou aditivo.  **§4º.** Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o regime de TELETRABALHO, em razão da necessidade da empresa, bem como poderá ser realizada a alteração do regime de TELETRABALHO para o presencial em comum acordo entre as partes, garantida a transição mínima de 15 (Quinze) dias, excetuando-se situações excepcionais e de força maior.  **§5º.** As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito, restando claro que as utilidades aqui mencionadas não integram a remuneração do empregado.  **§6º.**As empresas deverão instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, a partir de quando se presumirá que as doenças e os acidentes, que somente poderiam ter origem no descumprimento dessas instruções, foram concebidos ou  agravados por culpa exclusiva do empregado, independentemente de prova de fiscalização por parte do empregador, impedido de adentrar à casa do empregado pela garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.  **§7º.** O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelas empresas.  **§8º.** Fica ajustado que a visualização das imagens capturadas em eventual chamada por vídeo com o empregado, equivalem a uma reunião pública, ocorrida no interior das empresas, podendo ser gravada e utilizada para fins lícitos de exercício do poder empregatício, sendo dever do empregado, livrar o ambiente filmado de acontecimentos íntimos e de sua vida privada.  **§9º.** A aceitação de chamadas por vídeo dependerá de ato próprio do empregado, ficando proibida a ativação remota da câmera pelo empregador para qualquer finalidade.  **§10º.**A empresa poderá, a seu exclusivo critério e mediante aviso prévio aos seus empregados e diante das possibilidades e necessidades, adotar controle de jornada para os empregados cuja função específica seja compatível com o TELETRABALHO e o efetivo controle de jornada.  **§11º.** A empresa poderá também, a seu exclusivo critério e mediante aviso prévio aos seus empregados, NÃO ADOTAR o controle de jornada. Nesta hipótese, o empregado em TELETRABALHO não estará à disposição da empresa durante uma determinada quantidade de horas diárias, não registra ponto e deverá estar livre de qualquer rotina que obrigue o início e o fim do trabalho em determinado horário, desde que conclua com suas metas e objetivos nos prazos estabelecidos pela empresa.  **§12º.** As empresas deverão zelar para não concentrar na mesma data para conclusão, tarefas que não possam ser perfeitamente realizáveis por um profissional de performance mediana em um dia normal de trabalho, diligenciando para atribuir tarefas até a véspera da data planejada para o seu cumprimento.  **§13º.** Na hipótese de contratação de novos empregados no regime de TELETRABALHO a cada **180 (Cento e oitenta)** dias deverá o Sindicato Profissional ser informado sobre as contratações nesta nova modalidade de contrato, através de e-mail ou ofício, o nome completo, CTPS, função e data de admissão dos mesmos.  **Desligamento/Demissão**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DO AVISO PRÉVIO NO PEDIDO DE DEMISSÃO**  Os Empregados que solicitarem rescisão do contrato de trabalho ficarão dispensados do cumprimento dos **10 (Dez)** últimos dias do prazo do aviso prévio.  **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EXTINÇÃO CONTRATO POR MÚTUO ACORDO**  O contrato de trabalho poderá ser extinto por mútuo acordo entre empregado e empresa, caso em que serão devidas, por metade, o aviso prévio, se indenizado e a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990 e, na integralidade, as demais verbas trabalhistas.    **§1º.**A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do empregado no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até **80% (Oitenta por cento)** do valor dos depósitos.  **§2º.** A extinção do contrato por mútuo acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.  **§3º.** A homologação da extinção do contrato de trabalho por mútuo acordo deverá ser feita no SINDICATO PROFISSIONAL.  **Aviso Prévio**  **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AVISO PRÉVIO**  Os Empregados que forem dispensados sem justa causa serão liberados da prestação dos serviços durante o prazo do Aviso Prévio.  **Suspensão do Contrato de Trabalho**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**  Ocorrendo a concessão de benefício previdenciário durante a vigência do contrato de experiência, o prazo do mesmo ficará automaticamente suspenso, se completando após a alta do INSS.  **Contrato a Tempo Parcial**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO A TEMPO PARCIAL**  As Empresas ora Acordantes poderão adotar o Contrato em Regime de Tempo Parcial para admissão de NOVOS EMPREGADOS, nos termos da lei nº 13.467/2017, aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.    **§1º.** O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.  **§2º.**As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 80% (Oitenta por cento) sobre o salário-hora normal, quando do trabalho de segunda a sábado e de 100% (Cem por cento) na hipótese de vir a ser realizada nos domingos e feriados.  **§3º.**Na hipótese do regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão pagas com o acréscimo de 80% (Oitenta por cento) sobre o salário-hora normal, quando do trabalho de segunda a sábado e de 100% (Cem por cento) na hipótese de vir a ser realizada nos domingos e feriados, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.  **§4º.**As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas em até 06 (Seis) meses através de Acordo Individual de Banco de Horas diretamente com o empregado, ou em até 01 (Um) ano nos termos da Cláusula 44ª deste Instrumento, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.  **§5º.**É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário e as suas férias serão regidas pelo disposto no art. 130 da CLT.  **§6º.** A cada 180 (Cento e oitenta) dias o SINDICATO PROFISSIONAL deverá ser informado sobre as contratações dos novos empregados nesta modalidade de contrato, através de ofício ou e-mail com nome completo, CTPS, função e data de admissão dos mesmos.  **Portadores de necessidades especiais**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DEFICIENTES FÍSICOS**  As Empresas ora Acordantes sempre que as circunstâncias técnicas, materiais e administrativas assim o permitirem, não farão restrições para admissão de deficientes físicos.  **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL EM CASO DE DISPENSA**  Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho as Empresas ora Acordantes pagarão aos Empregados dispensados sem justa causa e que tenham, no mínimo, **5 (Cinco)** anos de serviços na empresa, uma indenização adicional, além do aviso prévio legal, de acordo com as seguintes condições, de forma não cumulativa entre si:    Idade                                                     Indenização  - Empregados com 40 a 50 anos - 0,50 do Salário mensal total;  - Empregados acima de 51 a 60 anos - 0,75 do Salário mensal total;  - Empregados acima 61 anos - 1,00 do Salário mensal total;    **§1º.** Para efeitos desta cláusula a expressão Salário Mensal Total significa o Salário-base Mensal acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.  **§2º.** A indenização devida na forma desta cláusula tem efeito indenizatório e não integrará a remuneração para quaisquer efeitos trabalhistas e/ou fiscais.  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INDENIZAÇÃO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA**  Em caso de dispensa, por iniciativa das Empresas ora Acordantes, de Empregados que, comprovadamente, estiveram a um máximo **de 24 (Vinte e quatro) meses** da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, exceto no caso de falta grave e que tenham **10 (Dez) anos** ou mais na empresa, fica assegurado o pagamento de uma indenização correspondente a **03 (Três) salários**, acrescidos do adicional de periculosidade, quando devido, além do aviso prévio legal, com o objetivo de ajudá-los a efetuar os recolhimentos previdenciários.    **Parágrafo Único:** Após o recebimento da notificação de dispensa, os Empregados terão até **90 (Noventa)** dias para comprovação da contagem do tempo de serviço e consequentemente se habilitarem ao pagamento referido nesta cláusula.  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES DO CONTRATO DE TRABALHO**  As Empresas ora Acordantes efetuarão as homologações de rescisões de contrato de trabalho, preferencialmente através da Entidade Sindical Profissional. Na hipótese do não comparecimento do Empregado, se devidamente notificado do dia e hora da homologação, a Entidade Sindical se compromete a registrar essa circunstância por escrito, de forma a não penalizar as Empresas com as multas previstas na legislação.  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADOS HIPERSUFICIENTES**  Ao EMPREGADO HIPERSUFICIENTE das Empresas ora Acordantes, aquele portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, previsto no artigo 444, parágrafo único da CLT, modificado pela Lei nº 13.467/2017, fica garantida a livre estipulação das relações contratuais de trabalho, exceto para a supressão ou a redução dos seguintes direitos:    I - normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;  II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;  III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);  IV - salário mínimo;  V - valor nominal do décimo terceiro salário;  VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;  VII - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;  VIII - salário-família;  IX - repouso semanal remunerado;  X - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;  XI - número de dias de férias devidas ao empregado;  XII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;  XIII - licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias;  XIV - licença-paternidade nos termos fixados em lei;  XV - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;  XVI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;  XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;  XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;  XIX - aposentadoria;  XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador;  XXI - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;  XXII - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência;  XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;  XXIV - medidas de proteção legal de crianças e adolescentes;  XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;  XXVI - liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho;  XXVII - direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender;  XXVIII - definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve;  XXIX - tributos e outros créditos de terceiros;  XXX - as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395, 396 e 400 da CLT.    **Parágrafo Único:** Nestes contratos individuais de trabalho, previstos no **caput** desta Cláusula, cuja remuneração do empregado seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.  **Relações de Trabalho  Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**  **Normas Disciplinares**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE**  Os Empregados que forem advertidos, suspensos ou demitidos por falta grave, deverão ser avisados, por escrito, colocando o seu ciente na segunda via do aviso no qual constarão as razões determinantes das advertências, suspensões ou dispensas.  **Transferência setor/empresa**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO**  Para efeito de aplicação dos benefícios previstos neste instrumento coletivo, serão computados no tempo de serviço do Empregado, quando readmitido, os períodos de trabalho anteriormente prestado apenas às Empresas ora Acordantes.  **Estabilidade Mãe**  **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO DA GESTANTE**  As Empresas ora Acordantes comprometem-se a assegurar a manutenção dessa garantia por **120 (Cento e vinte)** dias às suas Empregadas gestantes.    **§1º.** O prazo a que se refere o caput desta cláusula será contado a partir da data do retorno efetivo ao serviço, após o término da licença prevista pelo art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.  **§2º.** A garantia cessará automaticamente em caso de falta grave, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.  **§3º.** Caso a Empregada seja dispensada no período compreendido entre o término do prazo fixado pelo art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou Lei Complementar que o substitua e o término do prazo estabelecido no §1º. desta cláusula, ser-lhe-á paga pelo período que faltar para o término desta garantia, a quantia correspondente ao salário-base vigente acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.  **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DE EMPREGO DO ACIDENTADO NO TRABALHO**  As Empresas ora Acordantes comprometem-se a assegurar a manutenção da relação de emprego por **12 (Doze)** meses, contados a partir da cessação do Auxílio-Doença Acidentário concedido pelo INSS, ao Empregado que venha a sofrer acidente no trabalho ou adquirir doença profissional no curso da relação de emprego.    **§1º.** Para os efeitos desta cláusula, entende-se como acidente do trabalho e doença profissional aqueles definidos pela Legislação Previdenciária.  **§2º.** A manutenção da relação de emprego mencionada no caput desta cláusula será contada da data do término da licença concedida pela Previdência Social.  **§3º.** Não gozará das vantagens dessa garantia de emprego o Empregado cujo afastamento por acidente de trabalho ou doença profissional decorrer de:  a) uso de bebidas alcoólicas;  b) uso de tóxicos sem prescrição médica e sem as formalidades legais;  c) lutas corporais, exceto quando em legítima defesa própria ou de terceiros.  **§4º.** A manutenção da relação de emprego cessará automaticamente em caso de falta grave cometida pelo Empregado, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.  **Jornada de Trabalho  Duração, Distribuição, Controle, Faltas**  **Duração e Horário**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO**  A duração semanal do trabalho será de **44 (Quarenta e quatro)** horas, sendo a jornada normal de **08 (Oito)** horas de segunda a sexta-feira e de **04 (Quatro)** horas no sábado, encerrando-se, neste último dia, às 12:00 horas.    **§1º.** Conforme a conveniência do serviço as Empresas ora Acordantes ficam autorizadas a implantar, total ou parcialmente, sistema de horário flexível, quanto ao início e término de cada jornada de trabalho, desde que aceito pelo Empregado através de acordo individual e desde que observada a duração diária de trabalho na forma da Constituição.  **§2º.** Não se permitirá o trabalho normal aos domingos e/ou feriados nacionais, salvo autorização expressa em instrumento coletivo entre o Sindicato Profissional e as Empresas ora Acordantes.  **§3°.** Esta cláusula não se aplica aos Empregados sujeitos a turnos ininterruptos de revezamento.  **Prorrogação/Redução de Jornada**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**  As Empresas ora Acordantes remunerarão o trabalho suplementar com acréscimo de **80% (Oitenta por cento)** sobre o valor da hora normal de segunda-feira a sábado, e com acréscimo de **100% (Cem por cento)** nos domingos e feriados.    **§1º.** O pagamento das horas extras será efetuado com base no salário vigente no mês de seu efetivo recebimento pelo Empregado.  **§2º.** Os Empregados se comprometem a prestar serviços extraordinários além do limite de 2 (duas) horas nos casos previstos pelo Art. 61 da CLT.  **§3º.** As horas extraordinárias habituais serão computadas nos seguintes casos:  a) Na Gratificação de Natal (Lei nº. 4090, de 13.07.1962) de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas durante o exercício a que corresponder a gratificação.  b) No Aviso Prévio de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas nos últimos 12 meses.  c) Nas Férias de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas no respectivo período aquisitivo.  d) No Descanso Semanal Remunerado na proporção de **20,00%** do valor das horas extras prestadas no mês.  **§4º.** Quando o Empregado estiver usufruindo de dia de descanso, fora do local de trabalho, e for convocado à prestação de serviço extraordinário nesse mesmo dia, fará jus pelo atendimento à convocação, ao recebimento de um mínimo de **4 (Quatro)** horas suplementares.  **Compensação de Jornada**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE DIAS ÚTEIS/ FERIADOS**  Fica facultado à Empresa ora Acordante  o direito de compensarem os dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores a feriados oficiais mediante a prorrogação da jornada de trabalho em dias antecedentes ou subsequentes ao dia compensado ou alternativamente através do sistema de compensação de jornada mediante adoção do banco de horas.  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS**  As partes acordantes EMPRESAS e SINDICATO, resolvem flexibilizar a jornada de trabalho com fundamento no que dispõe o Artigo 59, Parágrafo Segundo, da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual estabelece que: “Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias”.    **§1º.** O sistema de compensação de horas funcionará da seguinte forma:  As horas extras realizadas pelos empregados, até o limite máximo mensal de 16 (Dezesseis) horas, serão incorporadas ao BANCO DE HORAS, gerando aos empregados respectivas folgas programadas, conforme escala de revezamento a ser definida pelas partes envolvidas, no mês imediatamente posterior ao da realização ou por ocasião das férias do empregado, quando estas forem inferiores a 30 (Trinta) dias.  a) As horas extras que excederem o limite acima, dentro de determinado mês, serão pagas no mês subsequente, devendo ser considerado como base de cálculo o salário do mês de pagamento e os adicionais estabelecidos no Acordo Coletiva de Trabalho, celebrado entre as EMPRESAS ora ACORDANTES e o Sindicato Profissional, e na CLT;  b) As horas que não forem compensadas no mesmo mês de realização ficarão acumuladas para o mês subsequente, nunca ultrapassando o máximo de 16 (Dezesseis) horas de crédito ou débito;  c) As faltas injustificadas e os atrasos dos empregados, ocorridos após tolerância prevista, serão considerados como valores negativos e serão debitados do saldo das horas creditadas no banco de horas;  d) O BANCO DE HORAS será zerado nos trimestres de Janeiro a Março/2022, Abril a Junho/2022, Julho a Setembro/2022 e Outubro a Dezembro/2022, pagando-se nos meses subsequentes, o saldo das horas acumuladas, no percentual de 100% (Cem por cento), dos saldos das horas acumuladas, descontados os casos de horas negativas;  e) AS EMPRESAS se comprometem a disponibilizar em extrato mensal com a posição das horas acumuladas do empregado, sempre que o mesmo solicitar;  f) Em caso de desligamento do empregado, por qualquer motivo, e havendo saldo positivo ou negativo no BANCO DE HORAS, as respectivas horas serão pagas ou descontadas na rescisão contratual;  g) Não integrarão o BANCO DE HORAS as horas extras eventualmente laboradas nos domingos e/ou feriados.  **§2º.** O BANCO DE HORAS não será aplicado aos estagiários e os funcionários terceirizados;  **§3º.** A flexibilização deverá ser negociada e utilizada pelo empregado em comum acordo com o superior imediato, de tal forma que o funcionamento das empresas não sofra solução de continuidade;  **§4º.** A ocorrência habitual de horas de débito acima da margem de balanço poderá causar ao empregado, além do desconto, a aplicação de medida disciplinar;  **§5º.** O intervalo de almoço terá, obrigatoriamente, a duração mínima de 01 (Uma) hora e máxima de 02 (Duas) horas, conforme legislação trabalhista vigente.  **Intervalos para Descanso**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERVALO ENTRE JORNADAS DE TRABALHO**  As Empresas ora Acordantes assegurarão que os Empregados que trabalharem horas excedentes ao seu horário normal terão o intervalo legal de **11 (Onze)** horas, contados a partir do término do trabalho extraordinário.  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INTERVALO INTRAJORNADA**  Deverá ser observado pelas Empresas ora Acordantes que em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de **6 (Seis)** horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de **30 (Trinta)** minutos e, salvo acordo coletivo em contrário, não poderá exceder de **2 (Duas)** horas.    **Parágrafo Único:** A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, aos empregados, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de **80% (Oitenta por cento)** sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.  **Controle da Jornada**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - MARCAÇÃO DE PONTO**  Quando não houver necessidade de os Empregados deixarem o recinto das Empresas ora Acordantes, no horário estabelecido para descanso ou refeição, esta dispensará o registro de ponto no início e no término do referido intervalo, desde que conceda o período normal de descanso ou de refeição diário.    **§1º.** As Empresas ficam autorizadas a implantar um único controle de jornada de trabalho simplificado a que se refere a Portaria 1.120 Mte de 8.11.95, alterada pela Portaria 373 Mte de 25.2.2011, objetivando que o empregado registre apenas as exceções, assim entendidas as horas extras, falta, atrasos, etc., observado o disposto no §2º. do art. 1º. da referida Portaria.  **§2º.** O uso da faculdade prevista nesta cláusula implica a presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual ou acordada vigente nas empresas.  **Faltas**  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**  Os Empregados poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração:  a) até 03 (Três) dias úteis consecutivos, em caso de casamento ou falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente e irmãos ou pessoas dependentes assim reconhecidas pelo INSS e/ou Imposto de Renda.  b) até 05 (Cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho, neles abrangidos o dia a que se refere o art. 473 III da CLT.  c) 01 (Um) dia no caso de internação hospitalar de cônjuge, companheira (o), ascendente, descendente ou dependentes reconhecidos pelo INSS ou Imposto de Renda.  **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS DO ESTUDANTE**  Mediante entendimento com a Chefia imediata, fica assegurado aos Empregados matriculados em cursos regulares de 1º e 2º grau e de nível Superior a liberação em horário que lhes assegurem chegar ao local da prova em dia e hora da realização da referida prova, sem prejuízo da remuneração.  **Turnos Ininterruptos de Revezamento**  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - JORNADA 12X36**  Fica autorizada, pelas Empresas ora Acordantes, a utilização do horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação, à escolha do empregador.    **§1º.**A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.  **§2º.** O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.  **§3º.**A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.  **§4º.** A presente autorização abrange as atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Poder Executivo, dispensada licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.  **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ALEITAMENTO MATERNO**  Para cumprimento do que dispõem os artigos 389, Parágrafo 1º e 396 da CLT, as Empresas ora Acordantes concordam em reduzir até 2 (Duas) horas diárias a jornada de trabalho das suas Empregadas que estejam amamentando seus filhos, no período de até 6 (Seis) meses subsequentes ao retorno da licença-maternidade.  **Outras disposições sobre jornada**  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - HORAS IN ITINERE**  O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive por ventura o fornecido pelas Empresas ora Acordantes, não será computado na jornada de trabalho, nos termos do Artigo 58, parágrafo 2º da C.L.T e nos termos da Lei nº 13.467/2017.  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FUNCIONAMENTO NO FERIADO ESTADUAL E NOS FERIADOS MUNICIPAIS**  Fica assegurada as Empresas ora Acordantes estabelecida nos municípios do RECIFE e CABO DE SANTO AGOSTINHO abrangida por este instrumento, a faculdade de abrir seu estabelecimento comercial com a utilização dos seus empregados no **FERIADO ESTADUAL e nos feriados municipais abaixo relacionados:**    **§1º. No Feriado Estadual da DATA MAGNA DE PERNAMBUCO (06 DE MARÇO DE 2022).**  **§2º. Nos feriados do município de RECIFE** dos dias **16 DE JULHO** e **08 DE DEZEMBRO DE 2022.**  **§3º. Nos feriados do município do CABO DE SANTO AGOSTINHO** dos dias **13 de JUNHO** (dia de Santo Antônio), **24 de JUNHO** (dia de São João), **09 DE JULHO** (dia da Emancipação Política do Município) e **31 DE OUTUBRO** (dia Municipal da Reforma Protestante e Ação de Graças), todos de 2022.  **§4º. DA JORNADA DE TRABALHO NOS FERIADOS:** A jornada de trabalho dos empregados das EMPRESAS ora ACORDANTES quando do funcionamento nos FERIADOS será de até 08 (Oito) horas diárias, garantindo nesta hipótese intervalo de até 02 (Duas) horas para repouso e alimentação e/ou de 06 (Seis) horas diárias garantindo os 15 (Quinze) minutos de repouso previstos em lei, entre a quarta e a quinta hora, observadas as disposições do art. 70, XIII e XIV, da Constituição Federal, não podendo ultrapassar 44 (Quarenta e quatro) horas semanais.  **§5º. AJUDA DE CUSTO** - Sem prejuízo das demais vantagens asseguradas neste instrumento, pelo trabalho realizado nos FERIADOS, será pago aos empregados que efetivamente trabalharem no respectivo FERIADO, AJUDA DE CUSTO no valor mínimo de **R$ 90,83 (Noventa reais e oitenta e três centavos)**, ressaltando que tal AJUDA DE CUSTO não constitui salário para nenhum fim de direito, visando apenas a ressarcir as despesas dos empregados que prestarem serviços no feriado.  **§6º.** Caso as EMPRESAS ora ACORDANTES venham a funcionar nos FERIADOS abrangidos por este instrumento coletivo, concederão aos seus empregados 01 (Uma) FOLGA COMPENSATÓRIA pelo feriado efetivamente trabalhado, GARANTIDA A FOLGA SEMANAL REMUNERADA prevista na legislação pertinente, folga compensatória esta a ser concedida até 30 (Trinta) dias após o evento.  **§7º.** Caso as empresas excepcionalmente não venham a conceder a FOLGA COMPENSATÓRIA definida no §5º**,** o trabalho prestado no FERIADO, não compensado, deverá ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, em atenção ao que determina a Súmula n. 146 do TST e artigo 9º da Lei 605/49.  **§8º.** Obrigam-se as EMPRESAS ora ACORDANTES, em qualquer circunstância, a exibir ao Sindicato Profissional, a qualquer momento que lhe seja solicitado, os comprovantes de quitação da AJUDA DE CUSTO dos empregados designados para trabalhar nos FERIADOS MUNICIPAIS, objeto deste instrumento.  **§9º.** **VALE-TRANSPORTE:** Será garantida a todos os empregados das EMPRESAS ora ACORDANTES a percepção gratuita do vale transporte ou vale combustível referente ao FERIADO efetivamente trabalhado, para deslocamento de ida/volta, no percurso residência/empresa/residência.  **Férias e Licenças**  **Outras disposições sobre férias e licenças**  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PARA EXAMES PRÉ-NATAL**  Quando reconhecida a necessidade pelos serviços médicos das Empresas ora Acordantes, ou médicos por estas credenciados, ou ainda por médico da Entidade Sindical, as Empregadas gestantes serão liberadas do expediente, sem prejuízo da remuneração, para se submeterem a exames pré-natal.  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - REGISTROS INFORMATIZADOS**  Fica facultado às Empresas ora Acordantes  implantar registros informatizados para controle automático de férias, compreendendo aviso, solicitação e quitação, e demais registros de pessoal e benefícios instituídos na presente convenção. As Empresas fornecerão, periodicamente, aos seus Empregados, declaração assinada, contendo todos os registros informatizados a que se refere esta cláusula, realizando as alterações em sua CTPS, quando requeridas pelo Empregado.  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DAS FÉRIAS**  Observados os princípios a que se refere o art. 134 e seguintes da CLT, a data de início do período de gozo das férias somente poderá coincidir com dia útil que não anteceda o sábado, domingo ou feriado, salvo no caso de turnos de revezamento, quando a referida data somente poderá coincidir com dia útil que não anteceda dia de folga dos Empregados sujeitos a esse regime de trabalho.  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS**  As Férias, independentemente da idade do empregado, podem ser parceladas sempre que o Empregado e as Empresas acordem quanto ao parcelamento, observado o seguinte:  a) A iniciativa do requerimento do parcelamento caberá ao Empregado;  b) O empregado em seu requerimento especificará os períodos em que pretende gozar as férias que poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.  c) Os períodos de gozo não podem ultrapassar o período concessivo das férias que estarão sendo parceladas.  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS**  As Empresas ora Acordantes comprometem-se a conceder licença sem remuneração, mantida, todavia a relação de emprego, aos Empregados que, indicados pela Entidade Sindical, venham, comprovadamente, a frequentar cursos de interesse da referida Entidade, sob as condições abaixo:    **§1º**. A licença não excederá o prazo de **30 (Trinta)** dias, devendo ser concedida de uma só vez, em período contínuo.  **§2º.** O número de licenças será limitado a **2 (Duas)** por Entidade Sindical, por ano, não podendo ser indicados mais de dois Empregados por Empresa no País, por ano, nem Empregados que exerçam suas funções fora da base territorial da Entidade Sindical que formular a indicação.  **§3º.** Para melhor controle dessas licenças, as Empresas deverão ser notificada com antecedência mínima de **30 (Trinta)** dias, sendo informado a respeito de:  a) empregado indicado;  b) empresa e local em que trabalha;  c) nome do curso e resumo de seus objetivos;  d) entidade ministradora do curso;  e) data de início e término do curso.  **Saúde e Segurança do Trabalhador**  **Condições de Ambiente de Trabalho**  **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO**  As Empresas ora Acordantes adotarão medidas de prevenção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos Empregados.    **§1º.** Nos termos da Lei (Norma Regulamentadora-5) o membro da CIPA designado deverá investigar ou acompanhar a investigação feita pelos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, imediatamente após receber a comunicação da supervisão imediata do setor onde ocorreu o acidente.  **§2º.** Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de higiene e segurança do trabalho.  **§3º.** Os treinamentos dos Empregados contra incêndio serão ministrados periodicamente no horário normal de trabalho. Quando necessário ministrar esses treinamentos fora da jornada de trabalho, as horas dispendidas para tanto, serão remuneradas como extraordinárias, nos termos da cláusula respectiva deste instrumento coletivo.  **Uniforme**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - UNIFORMES**  Quando as Empresas ora Acordantes  exigirem que seus Empregados usem uniformes, deverá fornecê-los gratuitamente.  **CIPA  composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA**  As Empresas ora Acordantes divulgarão as eleições para membros componentes da CIPA com 30 (Trinta) dias de antecedência, enviando cópia desse aviso à Entidade Sindical nos primeiros cinco dias do período anteriormente indicado.  **Aceitação de Atestados Médicos**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**  Os atestados médicos e odontológicos serão emitidos preferencialmente pelos serviços médicos das Empresas ora Acordantes ou por estes credenciados.    **Parágrafo Único:** As Empresas aceitarão os atestados emitidos pelos serviços médicos da Entidade Sindical credenciados pelo INSS nas localidades onde não possuírem serviço médico próprio ou credenciado.  **Readaptação do Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - READAPTAÇÃO FUNCIONAL**  As Empresas ora Acordantes darão treinamento adequado aos seus Empregados que sofrerem redução da capacidade laborativa, por motivo de acidente de trabalho, com o objetivo de readaptá-los funcionalmente, exceto nos casos em que tenha sido concedida a aposentadoria por invalidez.  **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE E IMINENTE**  Quando o Empregado, no exercício de sua função, entender por motivos razoáveis que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu Supervisor e cabendo a este informar, se julgar necessário, ao Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho da Empresa. O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho.  **Relações Sindicais**  **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL**  As Empresas ora Acordantes liberarão **01 (Um)** Diretor que faça parte da Diretoria da Entidade Sindical, do cumprimento do respectivo horário de trabalho até 31.12.2022, sem prejuízo dos respectivos salários nem dos direitos trabalhistas e previdenciários, desde que, no horário da referida liberação, ele se dedique exclusivamente às atividades sindicais de interesse da categoria profissional ou ao exercício de função de representação para a qual tenha sido designado por ato do Poder Público.    **Parágrafo Único:** Afastando-se o Diretor para gozo de férias ou benefício previdenciário, o ora acordado se aplicará ao seu substituto legal.  **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - ENCONTRO QUADRIMESTRAL**  No curso da vigência deste Instrumento coletivo serão realizados encontros quadrimestrais com a finalidade de se examinar o seu cumprimento, as condições de trabalho nas Empresas ora Acordantes, inclusive as salariais. Tais encontros serão realizados nos meses de **abril e agosto.**  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS**  As Empresas ora Acordantes permitirão a divulgação em seus quadros de avisos, das comunicações expedidas pela Entidade Sindical que tenham por objetivo manter os Empregados informados quanto às atividades daquele órgão.  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS**  As Empresas ora Acordantes remeterão à Entidade Sindical, pelo meio mais adequado, a seu critério, anualmente, uma relação nominal contendo o nome, local de trabalho e valores descontados dos empregados, integrantes da categoria profissional por ela representada, na forma do art. 511 da CLT, relativamente à Contribuição Assistencial e Contribuição Sindical. Tal relação será enviada no mês seguinte ao dos respectivos descontos. Tais informações serão tratadas com sigilo pela Entidade Sindical, dela fazendo uso apenas para uso administrativo e reservado, não podendo ser cedidas a terceiros, no todo, ou em parte, sob nenhuma justificativa.  **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**  Será facultado ao Sindicato Profissional a realização de procedimentos, a pedido das Empresas ora Acordantes e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), com anuência do Sindicato Patronal.    **Parágrafo Único:**O termo previsto no parágrafo acima discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, apurará eventuais diferenças existentes, e caso esteja tudo regular ou seja entabulado acordo a respeito das diferenças apontadas, dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.  **Disposições Gerais**  **Mecanismos de Solução de Conflitos**  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - FORO**  As controvérsias oriundas deste instrumento coletivo serão dirimidas pela Justiça do Trabalho. Antes, porém, de qualquer medida judicial, as partes obrigam-se a denunciar, uma à outra, eventuais controvérsias e aguardar o prazo de 30 dias para a sua solução extrajudicial.  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - NÚCLEO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**  Fica convencionado entre as partes que no prazo máximo de **90 (Noventa)** dias, a contar do arquivamento deste instrumento na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em PERNAMBUCO, será formada comissão paritária composta por representantes do Sindicato Profissional em assistência aos empregados e  representantes das empresas devidamente assistidos pelo Sindicato Patronal (SINDIPE), com o objetivo de discutir, no mesmo prazo de 90 (Noventa) dias, regulamento e roteiro de implantação do **NÚCLEO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**, ancorado pela COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA nos termos da lei, que funcionará para o  segmento das **EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS**e terá como objetivo, solucionar extrajudicialmente conflitos entre empregados e empregadores referente as RELAÇÕES DE TRABALHO.  **Aplicação do Instrumento Coletivo**  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS**  Na eventualidade do Poder Público (Poder Executivo ou Poder Legislativo) determinar por Lei, Decreto, Portaria ou qualquer outro meio legal, benefícios ou vantagens previstas pelo presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, o montante do benefício ou vantagem deste ACORDO, **prevalecerá** sobre a Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, conforme determina o artigo 611-A da CLT.    **Parágrafo Único:**  Fica estabelecida a multa de **10% (Dez por cento)** do valor acordado na alínea "a" da Cláusula 3ª (SALÁRIO DE  ADMISSÃO) em favor da Entidade Profissional (5%) e do empregado (5%) em partes iguais, na hipótese de descumprimento dos dispositivos deste instrumento coletivo, devendo ser a empresa previamente notificada e indicados quais dispositivos foram descumpridos, incidindo a multa desde que sendo notificada não se adeque no prazo máximo de 30 (Trinta) dias às regras violados.  **Outras Disposições**  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA ACORDO COLETIVO**  Nos termos do artigo 613, item III da Consolidação das Leis do Trabalho, as cláusulas estipuladas neste instrumento coletivo são aplicáveis a todos os empregados das Empresas ora Acordantes, integrante da categoria econômica das Distribuidoras de Combustíveis do **Estado de Pernambuco**.  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - REGISTRO E ARQUIVO**  O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO foi elaborado em 2 (Duas) vias, de igual forma e teor, destinadas às partes contratantes e registro no Sistema Mediador dos Ministérios da Economia e Justiça (antigo Ministério do Trabalho).  **Parágrafo Único:** No caso de divergências entre o texto lançado no sistema Mediador e o presente documento, formalmente assinado entre as partes, prevalecerá, sempre, e para todos os fins, este último.  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - RECOMENDAÇÕES**  BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  As Empresas ora Acordantes envidarão esforços no sentido de assinar convênios com a Previdência Social para pagamento dos benefícios previdenciários nos locais onde tal procedimento seja viável a sua implantação.    ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA  Recomenda-se às Empresas ora Acordantes que não possuam assistência médica e odontológica, direta ou através de convênios, que efetuem estudos no sentido de sua implantação.    RECRUTAMENTO INTERNO  Recomenda-se que as Empresas ora Acordantes  preferencialmente privilegie os seus recursos humanos internos nos seus processos de recrutamento e seleção.  **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**  Os termos do presente instrumento coletivo foram aprovados em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA realizada no dia **12/05/2022,** às 11:00h em 2ª convocação, devidamente convocada através de edital próprio e divulgado perante os empregados das Empresas ora Acordantes e afixado em seus quadros de aviso, bem como na sede do Sindicato Profissional (SITRAMICO). AGE esta realizada com a participação dos empregados atingidos por instrumento e pelo Sindicato Profissional, observado o número legal estatutário.   |  | | --- | | VALMIR JOSE MARINHO FALCAO  Presidente  SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETROLEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO     HUMBERTO BARBOSA CARRILHO  Diretor  DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO S.A.     THOMAS JEFFERSON GOMES DE ALBUQUERQUE  Procurador  DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO S.A.     SERGIO LUIZ SILVA DA FONSECA LINS  Diretor  DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO S.A.     HUMBERTO BARBOSA CARRILHO  Diretor  DISLUB COMBUSTIVEIS S.A.     THOMAS JEFFERSON GOMES DE ALBUQUERQUE  Procurador  DISLUB COMBUSTIVEIS S.A.     SERGIO LUIZ SILVA DA FONSECA LINS  Diretor  DISLUB COMBUSTIVEIS S.A. |   **ANEXOS**  **ANEXO I - ATA AGE PROFISSIONAL 2022**    [Anexo (PDF)](http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/imagemAnexo/MR024018_20222022_05_24T16_47_49.pdf)      A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br. | |